

AS DISTINTAS RURALIDADES Á PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS

Modalidade: Ensino Pesquisa Extensão

Nível: Médio Superior Pós-graduação

Área: Química Informática Ciências Agrárias Educação Multidisciplinar

Autores: ¹ Renato Konkel, ² Adriane de Lurdes H. Konkel, ³ Danieli Cristina de Souza

Identificação autores: ¹ ² Acadêmicos do Curso Licenciatura em Ciências Agrícolas – IFC Araquari.

³ Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas – IFC Araquari.

Introdução

Nos contextos atuais nos deparamos com um desenvolvimento rural bastante amplo, evidenciando-se uma aproximação de distintos setores da economia devido a tecnologia empregada no sistema de produção e a dupla dependência do segmento agrícola tanto industrialmente como comercialmente. Estes fatores nos levam a discutir os termos: ruralidades e desenvolvimento rural, os quais são eixos de ligações do meio rural e urbano, contendo uma difícil leitura ou separação dos referidos território. No que diz respeito ao conceito ruralidades, vários autores como: Miller e Luloff (1981), Carneiro (1997), Shucksmith e Chapman (1998), Pires (2004), apud Kageyama (2012), descrevem que a ruralidade existe e importa, porque se manifesta em diferentes fatores e índices que promovem e medem o desenvolvimento social, como também se manifesta em três dimensões: na ocupacional, ecológica e sociocultural. Nestes contextos as distintas ruralidades contribuem constantemente para a manutenção das raízes e na transformação do cenário rural, que se torna um espaço em que se interagem diversos grupos sociais tornando este ambiente “rural-agrícola” em um ambiente “rural não-agrícola”.

A área rural não se distingue só pelas atividades agrícolas e pecuária, ela está cada vez mais abrangendo outros campos e áreas, como a ocupação não-agrícola, de modo a criar novos enfoques para o desenvolvimento rural (Anjos, 2003). Ao tratarmos de conceitos para essas duas vivências campestres, do agrícola e não-agrícola, abordamos as áreas rurais agrícolas onde a monocultura ou pecuária se incidem fortemente, são grandes áreas formadas por plantações ou criações de gado, conseqüentemente mais retirados dos polos indústrias ou zonas urbanas. As áreas rurais não-agrícolas se denomina por áreas de variações cultivares conciliando-se com atividades agropecuárias e prestação de serviços, são localizações onde predomina principalmente a agricultura familiar, sítios, pousadas, áreas de preservação ambiental com ecoturismo, agroindústrias, entre outros.

Estes espaços geralmente estão aos contornos das cidades em desenvolvimento, com o crescimento da economia as cidades vão se expandindo e necessitando de novas áreas como

também de produtos e serviços que geralmente estão no campo, exemplificando os produtos alimentícios e a mão de obra que reside no campo mas presta seus serviços na cidade, deste modo a zona rural acaba sendo denominada como áreas não-agrícolas, com potencial agroindustrial dentro da organização territorial municipal.

Assim o desenvolvimento rural nestas áreas, dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente, pois necessita de vários estudos, segundo Kageyama (2012) envolve várias teorias para poder compreender esse processo, porém existe três aspectos mais relevantes identificados, o primeiro o desenvolvimento exógeno, onde o desenvolvimento rural sofre influências externas, como a tecnologia, que está cada vez mais presente na agricultura, pois ela necessita estar acompanhando as inovações tecnológicas para ser competitiva. O segundo, o aspecto endógeno, centrado no desenvolvimento local, no qual os recursos locais predominam, o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. E por ultimo a junção de ambos os aspectos, com uma combinação de forças internas e externas aonde os atores das regiões rurais e urbanas estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre território, espaço e sociedade, a partir dos interesses vigentes e essenciais para o elo.

Objetiva-se distinguir a produção agrícola da não-agrícola, evidenciar fatores internos e externos da propriedade que influenciam na sua produção e rentabilidade. Compreendendo que ao instigar a visibilidade para a importância da agricultura familiar seja passivo desenvolver políticas públicas para o fomento da nova ruralidade.

Material e Métodos

Segundo estudo do desenvolvimento rural, o panorama agrícola está cada vez mais em processo de modificação, ao buscar variáveis que instigam para essas mudanças, identifica-se a problemática instabilidade agrícola. Na compreensão de quais os fatores que influenciam essa questão, utiliza-se a metodologia de estudo da árvore do problema, que segundo Buvnich (1999), auxilia no levantamento da questão e ajuda na determinação do foco da intervenção a partir do uso da árvore da ação, uma ideia de como melhorar a instabilidade agrícola. Árvore do problema: é a representação gráfica de uma situação-problema (tronco), suas principais causas (raízes) e os efeitos negativos que ela provoca na população-alvo do projeto (galhos e folhas).

A situação problema é a Instabilidade Agrícola, a qual na agricultura se evidencia constantemente safra após safra por diferentes causas evidenciadas nas raízes da árvore:

a) Instabilidade Econômica, em países em desenvolvimento os preços sempre estão oscilando, ocasionando alta instabilidade, tanto como insumos, produtos e serviços; b) Fator climático influência diretamente na produção, é um fator de ação direta e precaucional, uma vez que se ameniza os impactos com utilização de técnicas agrícolas, as quais nem sempre estão acessíveis a todos, devido a demanda de profissionais capacitados e investimento em tecnologias.; c) Políticas públicas: falta de políticas de incentivo para a agricultura que atendam os princípios para atendimento social de necessidades básicas como; água, energia elétrica, saúde, educação no campo, reforma na área ambiental e normatização legal de uso e ocupação de solo com equidade entre as zonas rurais e urbanas; d) Social: busca de estabilidade financeira;

E como efeitos destacamos: a baixa rentabilidade agrícola, preços baixos pagos pela produção, atravessadores adquirindo a produção com preços defasados, insumos com preços elevados, com isto agricultores se veem em dificuldades de produção, não conseguindo cumprir com suas obrigações financeiras, a falta de investimentos nas áreas rurais como saneamento, infraestrutura, acesso à tecnologia, o êxodo rural, onde muitas famílias estão tendo que vender suas terras para pagarem investimentos, com falta de novos nichos de mercado, muitos jovens estão saindo do campo por falta de expectativa de melhora para a agricultura, deixando cada vez mais a área rural e com a população mais velha, em consequência é a venda da propriedade a baixo preço, para grandes latifundiários ou ainda a descaracterização de área agricultável para utilização industrial.

De forma a dinamizar os efeitos apresentados pelos problemas centrais da árvore mencionada acima, constrói-se a árvore da ação é uma ideia de novas oportunidades de tornar a agricultura rentável. No tronco o objetivo: diversificação da propriedade, nas raízes a metodologia para alcançar: políticas para incentivar novos nichos de mercado; atividades de extensão rural abrangendo todas as propriedades; acesso à tecnologia; auto sustentabilidade; acesso a crédito fundiário e nas folhas pontos positivos: Maior rentabilidade; inovações, com novas expectativas de melhorias nas áreas rurais, agregação de valor nos produtos, sucessão familiar; controle, precisão, programação, autossustentável.

Resultados e discussão

A área rural é considerada aquela que sua renda vem só da produção agrícola ou pecuária, com as transformações sociais, tecnológicas e de consumo vêm se modificando ou melhor dizendo, agregando valor social e monetário a partir da diversificação de produtos e

serviços oriundos das famílias que resistem a viver no ambiente rural. O panorama da agricultura está cada vez mais moderno utilizando inovações tecnológica no qual diminui a mão de obra empregada nos trabalhos e maximiza os espaços com a alta tecnologia empregada.

Entretanto a agricultura sofre grandes influências externas e internas sendo passível o desenvolvimento dicotômico, por um lado desenvolvimento no senso da palavra e pelo outro da interação conforme Vale (2007) pondera que o desenvolvimento de uma região ocorre a partir dos seus ativos relacionais (capital relacional) onde permite a percepção do papel da dinâmica territorial de interações entre o local e o global, ou ainda “enquanto que um excesso de vínculos fortes inibe a mudança e a transformação, um excesso de vínculos fracos gera perda de identidade e provoca fragmentação” (Vale, 2007). Deste modo em territórios que existe esta cooperação a região se apresenta mais fortalecida e localidades menos ativas condicionada a uma realidade mais fragilizada.

Fica evidente a necessidade de articulação social, econômica e de valores culturais para distintas realidades dentro do mesmo território, direcionando para o segmento agropecuário a instabilidade agrícola tem como eixos de influência as ações das políticas públicas em nível econômico, a expansão dos latifúndios e a produção agrícola para exportação, aonde se tem o enfoque do mercado para o agronegócio e em consequência as aplicações de recursos e investimento assim como valorização ocasionam a baixa rentabilidade da agricultura familiar a sub valorização do agronegócio e a disparidade da cadeia produtiva em relação ao consumo, e preços.

Assim a agricultura familiar encontra grandes dificuldades para se manter rentável, as propostas para os produtores familiares é a diversificação da propriedade através de atividades complementares da principal, Segundo a autora Simão (2005), “A diversificação agrícola se apresenta como uma possível alternativa de renda e diminuição de risco para os pequenos produtores” Entretendo a diversificação das propriedades agrícolas ocasionam a criação de novos conceitos dentro das ciências agrárias, como as propriedades não-agrícolas, que ganham espaço como uma alternativa para as famílias da agricultura familiar se manterem ativas por meio da reformulação de novas funções, tornando-o não unicamente rural.

No rural não-agrícola a modernização do segmento, como também a migração das empresas do ramo agroindústrias, uso da terra por famílias urbanas que adquirem espaços para construir uma área de lazer, investidores em áreas de preservações, como também empresários no ramo de turismo rural, impulsionam estas áreas rurais agricultáveis a se

desenvolverem mais com os investimentos ali realizado, estes fatores elevam a renda local, Kageyama (2012).

Balsadi (2001) afirma que é preciso que as políticas assumam um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, ao mesmo tempo em que utilizem diferentes instrumentos de política econômica e social para promover um modelo de desenvolvimento rural que permita aos seus habitantes melhorarem suas condições de emprego, renda e qualidade de vida.

Conclusão

Em relação ao que foi exposto compreendemos que precisamos desenvolver políticas públicas que auxilie a agricultura familiar a ser mais rentável, a partir da valorização e de atendimento a necessidades básicas sociais e de produção de forma igualitária. Tendo em vista a importância da organização dos produtores para que a partir da instabilidade agrícola existente se fortaleçam com ações de mudanças e fomento do segmento.

No contexto das ruralidades a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas nas propriedades elevam a renda, amenizam a estabilidade econômica e proporcionam perspectivas futuras para os que estão inseridos direta ou indiretamente nessa cadeia produtiva.

Referências

BALSADI, O.V. Mudanças o meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. São Paulo Perspc. jan./mar. 2001, vol.15, n.1, p.155-165.

BUVINICH, Manuel Juan Rojas. Ferramentas para o desenho e implementação de monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais. Cadernos de Políticas Sociais, Brasília - DF: UNICEF, n. 10, 1999.

KAGEYAMA, Angela A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SIMÃO, Ana Adalgisa. Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira. 2005.

VALE, Gláucia M.V. Território Vitoriosos: O papel das redes organizacionais. Rio de Janeiro: Garamond, 2007